

O populismo como democracia-limite a partir da obra “O século do populismo: história, teoria e crítica” de Pierre Rosanvallon

Populism as limit-democracy from the book “The populismo century: history, theory and critique” by Pierre Rosanvallon

Gabriela Felden Scheuermann^{*}
Noli Bernardo Hahn^{**}

Resumo: O século XXI pode ser considerado o século da ascensão do populismo, um fenômeno político e social que fragiliza e destrói instituições e sistemas democráticos em nome do poder político. Nesse sentido, em 2020, um dos mais importantes teóricos da democracia, Pierre Rosanvallon, publicou a obra O século do populismo com o objetivo de compreender, de forma complexa e sistêmica, as características e riscos de líderes populistas. Assim, a partir de uma visão profunda que perpassa por um olhar sociológico, histórico e crítico, a teoria apresentada neste livro está ligada a indeterminação democrática, ou seja, na ideia de que a democracia possui paradoxos e ambiguidades, abrindo espaços para que o populismo nasça dentro dela mesma.

Palavras-chave: Populismo; democracia; fragilidade; crise.

Abstract: The 21st century can be considered the century of the rise of populism, a political and social phenomenon that destroys democratic institutions and systems in the name of political power. In this regard, in 2020, one of the most important theorists of democracy, Pierre Rosanvallon, published the work The Century of Populism with the aim of understanding, in a complex and systemic way, the characteristics and risks of populist leaders. Thus, from a deep vision that goes through a sociological, historical, and critical look, the theory presented in this book is linked to democratic indeterminacy, that is, the idea that democracy has paradoxes and ambiguities, opening spaces for populism to be born within itself.

Keywords: populism; democracy; fragility; crisis.

Recebido em: 09/06/2023
Aprovado em: 02/09/2023

Como citar este artigo:

SCHEUERMANN, Gabriela Felden; HAHN, Noli Bernardo. O populismo como democracia-limite a partir da obra “O século do populismo: história, teoria e crítica” de Pierre Rosanvallon. Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal, Brasília, vol. 5, n. 2, 2023, p. 177-187.

^{*} Doutoranda e Mestra (Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, URI); Coordenadora do Curso de Direito (URI Campus Cerro Largo).

^{**} Pós-doutor pela Faculdades EST. Doutor em Ciências da Religião, Ciências Sociais e Religião, pela UMESP. Professor Tempo Integral da URI, Campus de Santo Ângelo.

Introdução

Pierre Rosanvallon é considerado um dos mais importantes teóricos da democracia atualmente. Nascido em Blois, na França, é historiador, sociólogo e professor da Cátedra de história moderna e contemporânea do *Collège de France* e Diretor de Estudos da *École des hautes études en sciences sociales*. Suas pesquisas centram-se, principalmente, na história da democracia, no papel do Estado e na justiça social nas sociedades contemporâneas.

Integrante da chamada “Escola Francesa do Político”, a trajetória de Rosanvallon, é bastante complexa e extensa. Há anos dedica-se à temática central do pensamento político democrático do século XXI, tendo publicado diversos livros antes do *O Século do Populismo: história, teoria e crítica* (2020). Dentre os livros, destaca-se a tetralogia que será publicada, no Brasil, pelo Ateliê de Humanidades Editorial: *A contra-democracia* (2006), *A legitimidade democrática* (2008), *A sociedade dos iguais* (2011) e *O bom governo* (2015).

Considerando, portanto, um autor importante no pensamento da democracia do século XXI, este trabalho tem como objetivo central compreender o fenômeno do populismo a partir da sua obra *O século do populismo: história, teoria e crítica* (2020). Para Rosanvallon, o populismo é o mal do século XXI e, para conseguir enfrentá-lo, é necessário compreendê-lo como parte da democracia. Logo, a teoria apresentada neste livro é abrangente e está ligada a ideia de indeterminação democracia, ou seja, na ideia de que a democracia possui paradoxos, ambiguidades, assimetrias que abrem espaços e margens para que o populismo nasça dentro dela mesma.

Desse modo, *O Século do populismo* apresenta uma teoria crítica e abrangente do populismo de forma complexa e sistêmica a partir de três dimensões: sociológica, histórica e crítica. Segundo Rosanvallon, é preciso esboçar uma teoria democrática do populismo, pois ele só existe na democracia, ou seja, o populismo é uma derivação da forma democrática. Para tanto, o livro divide-se em três partes. A primeira parte é intitulada de *Anatomia*, em busca da reconstrução do ideal-tipo do populismo. A segunda é intitulada de *História*, que busca identificar regimes (França, Estados Unidos e América Latina) onde o ideal-tipo do populismo já se manifestou. Por fim, a terceira parte é intitulada de *Crítica*, momento no qual Rosanvallon aponta as principais críticas ao populismo a partir da teoria (parte 01) e da experiência concreta (parte 2).

Em linhas gerais, para Rosanvallon, combater o populismo não é apenas criticá-lo; é preciso teorizá-lo de forma profunda e complexa, compreendo os sentimentos e as paixões dos

eleitores. O fenômeno do populismo vai muito além das eleições em líderes carismáticos. Perpassa, sobretudo, o plano das ideias. Por isso, em relação aos estudos já existentes sobre populismo, faz a seguinte crítica: “se a palavra [populismo] está em todo lugar, a teoria do fenômeno está em lugar nenhum” (2021, p. 41).

Desse modo, conforme se verá no decorrer do trabalho, “o ponto importante a ser lembrado não é apenas a constatação alarmante das vitórias eleitorais do populismo no mundo [...]. O fato é a persistência das ideias populistas em todo mundo” (ROSANVALLON, 2021, p. 36). Populismo, portanto, não são apenas reações momentâneas. São ideias. Populismo não é uma demagogia ou uma forma política deturpada. É uma visão de sociedade, de funcionamento democrático que surge como respostas a crise da democracia. Falar, estudar e compreender sobre o populismo é, antes de tudo, uma batalha intelectual.

1. Crítica rosanvalloniana ao populismo

Na primeira parte do livro, Rosanvallon reconstrói o ideal-tipo do populismo a partir de cinco elementos: (1) concepção de povo como povo-Uno; (2) teoria da democracia como democracia direta, polarizada e imediata; (3) modalidade de representação por meio do homem-povo; (4) política e filosofia da economia em busca o nacional-protecionismo; (5) papel das paixões e emoções. Em relação a ideia de um povo-Uno, Rosanvallon (2021, p. 63) afirma que “os movimentos populistas têm em comum erigir o povo como figura central da democracia”. Mas esse povo é um povo-Uno inalcançável, que forja a existência de um inimigo comum. Por isso, na política populista há a construção da relação amigo/inimigo, nós/eles, em que ou você faz parte ou não faz. Não há meio termo, não há diferenças, não há diálogos nem debates. Existe somente um povo “sem rosto”, unido em nome do mesmo objetivo: salvar a sociedade e combater o inimigo.

Em relação a ideia da democracia direta, polarizada e imediata, Rosanvallon destaca que esta democracia deve ser compreendida como uma democracia-limite, que minimiza a complexidade da democracia, da multiplicidade e do pluralismo em respostas curtas, objetivas e sem argumentos, baseados somente em dois lados: nós e eles. Em relação a representação na figura de um homem-povo, Rosanvallon destaca que os populistas transpassam a ideia de que existe uma pessoa capaz de representar a todos, como se fosse um homem-espelho. Em exemplos citados pelo

autor, está Jorge Gaitán da Colômbia, que afirmava: *Eu não sou um homem, eu sou um povo*. É como um Messias salvador, que encarna a vontade do povo para salvá-lo.

Em relação à política e filosofia da economia, os populistas tentam proteger o país de avanços globais e transnacionais em nome da soberania, ou seja, rompe relações internacionais em nome de seu poder interno. Por fim, o elemento das paixões e emoções diz respeito ao sentimento que populistas despertam em seus “seguidores”, de apoio incontestável, ao mesmo tempo que cria sentimentos de raiva, ressentimento e esquecimento por parte dos outros que não são vistos nem ouvidos pelo governo.

A partir desses elementos, Rosanvallon passa a narrar momentos da história em que esse ideal-tipo apareceu em regimes políticos. Ele cita três momentos: (1) Segundo Império Francês; (2) movimentos políticos na França e nos Estados Unidos; (3) América Latina. Somente depois que Rosanvallon dedica espaço para tecer críticas ao populismo. Percebe-se, portanto, que as críticas feitas não são críticas vazias ou superficiais. Pelo contrário, elas são complexas e sistêmicas, uma vez que unem, como mencionado, a dimensão sociológica e a dimensão histórica. A crítica é feita, desse modo, a partir de dois eixos: do teórico (anatomia) e da experiência concreta (história).

Assim, “essa crítica deve ser feita em dois planos: em termos teóricos, para tratar da visão populista, e em termos históricos, para analisar o populismo em atos tal como ele pode ser apreendido a partir das práticas dos regimes populistas existentes” (ROSANVALLON, 2021, p.238). A principal crítica feita, e que se relaciona diretamente com a democracia, é os caminhos que levam à democratura, conforme demonstrado a seguir.

2. O horizonte da democratura

Talvez a parte mais relevante da crítica feita por Rosanvallon é esta: a questão de compreender como democracias transformam-se em democraturas e o perigo da irreversibilidade. Noutras palavras, Rosanvallon tenta compreender a justificação democrática de práticas autoritárias e a passagem progressiva dos países para regimes autoritários no próprio seio de um quadro institucional democrático.

Antes, importante expor o que se entende pelo termo “democratura”. Democratura tem origem na fusão de duas outras palavras: democracia e ditadura, de modo que designa “um tipo de

regime fundamentalmente iliberal que conserva formalmente a roupagem de uma democracia” (ROSANVALLON, 2021, p. 308), ou seja, que fundamenta a legitimação do seu poder (mesmo que autoritário) na escolha feita pelas urnas, dentro de um processo eleitoral democrático. Portanto, segundo Rosanvallon, a democratura ocorre dentro da própria democracia (fragilizada), sem que seja precedida de uma ruptura aparente e visível, como nos casos de golpes de Estado. Democratura é, então, uma forma de democracia-limite onde situa-se o populismo, conforme será exposto ainda nas páginas seguintes.

Exposto o significado de democratura, Rosanvallon aponta três fatores que podem levar um governo populista a transformar uma democracia em uma democratura. São eles: (1) Irreversibilidade, (2) Polarização institucional e radicalização da política e (3) Epistemologia e moral da radicalização.

2.1 A questão da irreversibilidade

Um regime populista considera que a vitória nas urnas é mais que uma simples alternância de representante. Na verdade, marca o início de uma nova era da política. Por isso, o discurso usado é da urgente necessidade de romper com a política antiga (a da corrupção) em busca de um novo país: um país governado pelo povo. A irreversibilidade, nesse sentido, organiza-se a partir de dois instrumentos: do recurso a assembleias constituintes e da abertura de uma possibilidade de reeleição dos dirigentes no poder.

Em relação ao recurso das assembleias legislativas, os populistas tentam remodelar a Constituição de modo a favorecer o seu próprio governo, ou seja, buscam apoio legislativo, inclusive por meio de compra de votos (corrupção) e de ameaças, para que a Constituição e as leis sejam reformadas a favor do governo. Na verdade, buscam não só alterar a Constituição como, inclusive, refazê-la novamente “em nome da voz do povo”. Segundo Rosanvallon (2021, p. 310),

“o estabelecimento de assembleias constituintes na sequência de vitórias ou de procedimentos de reforma constitucional é um dos traços mais característicos dos regimes populistas”.^{1 2 3}

Muitas vezes essas alterações constitucionais alteram toda formação institucional e organizacional do poder. Um dos exemplos citados por Rosanvallon é o caso das cortes constitucionais, que podem passar a ser preenchidas por magistrados fiéis ao novo regime em nome da supremacia absoluta do poder popular oriundo das urnas. Além disso, as regras do processo eleitoral também podem sofrer alterações, chegando à questão da irreversibilidade do mandato.

Desse modo, Rosanvallon destaca a questão das mudanças constitucionais e eleitorais que tem como ponto central a reeleição do chefe do poder executivo. Na América Latina, por exemplo, para consolidar democracias e criar rupturas com o passado ditatorial e autoritário, as Constituições latino-americanas, a exemplo da Argentina, Brasil e Uruguai, proibiam a reeleição para presidente. No entanto, o cenário começa a mudar a partir de 1990, prevendo alterações constitucionais que autorizam a reeleição e até mesmo reeleições ilimitadas.

No Brasil, o exemplo clássico é de Fernando Henrique Cardoso. A Constituição Federal de 1988, como dito, após sair de um período longo de Ditadura Militar, vedava a reeleição para o chefe do poder executivo. Contudo, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, foi proposta uma Emenda Constitucional (EC nº 16 de 1997) para alterar a Constituição e permitir uma reeleição consecutiva. A PEC foi aprovada e, depois, houve denúncias e escândalos de que Fernando Henrique Cardoso teria pagado até R\$200 mil para deputados votarem a favor. Tendo sido aprovada, o então presidente que, pela regra original, poderia ficar somente um mandato como presidente, foi reeleito para ficar mais quatro.

Outro populista central na América Latina que também modificou a Constituição em favor do próprio governo foi Hugo Chávez na Venezuela. Hugo Chávez tornou-se presidente em 1998, período em que havia uma forte descrença na política e o país estava assolado pela desigualdade social. A solução de Chávez foi direta: refundar o país, onde pobres, indígenas e camponeses

¹ “Líder de Bolsonaro promete plebiscito por nova constituinte em breve”. Congresso em Foco (2021). Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/congresso-nacional/lider-de-bolsonaro-promete-plebiscito-por-nova-constituente-em-breve/>

² “Senado vota PEC que amplia poder de Bolsonaro: há riscos contra a liberdade? Uol (2022). Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/06/30/senado-vota-pec-que-amplia-poder-de-bolsonaro-ha-riscos-contra-liberdade.htm>

³ “General Mourão, vice de Bolsonaro, propõe nova Constituição sem Assembleia Constituinte. Disponível em: <https://ebradi.jusbrasil.com.br/noticias/625502881/debate-general-mourao-vice-de-bolsonaro-propoe-nova-constituicao-sem-assembleia-constituente>

teriam voz. O povo teria voz, especialmente por meio de referendos e plebiscitos. Para isso, seria necessária uma nova Constituição⁴.

A nova Constituição de 1999 aumentava em um ano o mandato presidencial: de cinco para seis anos. Para beneficiar-se, novas eleições foram convocadas e Chávez foi eleito para o novo mandato em 2000. Em 2006 ele é reeleito para mais seis anos, ou seja, pela regra constitucional, que permitia apenas uma reeleição, ficaria no poder até 2012. No entanto, como estratégia do seu governo populista, em 2009, foi convocado um referendo para decidir sobre reformas constitucionais e eleitorais. Dentre as propostas, estava a possibilidade de pôr fim ao limite no número de vezes que o presidente poderia ser reeleito, ou seja, tornava a reeleição ilimitada. Com 54,36% o referendo foi aprovado, possibilitando, portanto, que Hugo Chávez disputar o terceiro mandato consecutivo em 2012⁵.

Brasil e Venezuela não são os únicos exemplos na América Latina. É possível citar também a Bolívia de Evo Morales e o Equador de Rafael Correa. Segundo Rosanvallon (2021, p. 314), “ela [a reeleição ilimitada] é uma das modalidades-chaves da instauração de uma dimensão de irreversibilidade desses regimes, com as manipulações eleitorais [...]”. Desse modo, percebe-se que o exemplo latino-americano é emblemático do processo de mudança progressiva de democracias para democraturas (ROSANVALLON, 2021, p. 315).

A questão das reeleições está relacionada com o povo-Uno, exposto na parte inicial do livro, e do poder dado a este povo. Muitos argumentos utilizados para aprovar as reformas constitucionais e eleitorais basearam-se na premissa “seria antidemocrático impedir que o povo decida” (ROSANVALLON, 2021, p. 316). O problema, segundo Rosanvallon, é assimilar novamente a democracia unicamente à eleição, reduzindo a complexidade do povo a uma expressão aritmética momentânea.

2.2 Polarização institucional e radicalização da política

O segundo fator que pode transformar democracias em democraturas é a polarização e politização das instituições. A polarização é a brutalização direta das instituições e estratégias de desvitalização progressiva, domesticando as cortes constitucionais. Rosanvallon destaca como

⁴ Informações retiradas do site BBC. **Entenda o que está em jogo no referendo na Venezuela.** Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2007/12/printable/071201_venezuelaentenda_ac

⁵ Informações retiradas do site BBC. **Chávez vende referendo e conquista reeleição** ilimitada. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/02/090216_venezuela_resultado_rc

exemplo da brutalização das instituições a Venezuela de Hugo Chávez e a Hungria de Viktor Orbán. Em ambos os regimes, por meio de reforma constitucionais, eles reduziram atribuições essenciais das cortes constitucionais, limitando suas funções.

A politização das instituições, por sua vez, diz respeito ao afastamento de funcionários públicos, resultado em uma “privatização do Estado”, esvaziando de sua substância a própria noção de serviço público. Com efeito, os funcionários são afastados de diversas maneiras para serem substituídos por fiéis desses regimes (ROSANVALLON, 2021, p. 318). De acordo com Rosanvallon (2021, p. 318), “politização das funções e polarização das instituições se associaram assim para que todos os poderes ficassem nas mãos de um Executivo, tendo além o mais o poder Legislativo às duas ordens”.

2.3 Epistemologia e moral da politização generalizada

O último fator destacado por Rosanvallon é sobre a epistemologia e moral da politização. Os populistas não defendem projetos. Eles se colocam como portadores da verdade e da moral rodeados de inimigos maus e imorais. No discurso populista há um apagamento da troca racional, com o silenciamento de argumentos e fatos. Isso leva a encenar um universo “dominado por potências dissimuladas de manipulação de opinião, apagando-se então os fatos atrás das intenções e das suspeitas” (ROSANVALLON, 2021, p. 322).

A base fundamental utilizada é a linguagem, que engana os cidadãos e lhes esconde as preocupantes realidades. Assim, “os fatos e os argumentos tendem a se apagar atrás da ordem de uma crença organizadora dos julgamentos, dificultando qualquer troca racional. É desse modo que se opera progressivamente uma radicalização da polarização dos afrontamentos na era dos populismos” (ROSANVALLON, 2021, p. 323).

No Brasil, durante a pandemia, o presidente Jair Bolsonaro, por diversas vezes, afrontou a ciência e ignorou os riscos e a gravidade da Covid-19. Uma onda de frases pautadas no negacionismo e na desinformação, como por exemplo, “a máscara é pouco eficaz”, “a hidroxicloroquina não tem efeito colateral”, “é só uma gripezinha”, circularam nas redes sociais e nos meios de comunicação. Nos Estados Unidos, no primeiro mandato, Trump proferiu, segundo pesquisas, mais de 2 mil mentiras ou afirmações enganosas.

Rosanvallon (2021, p. 323) chama de “corrupção cognitiva”, ou seja, informações distorcidas e até mesmo falsas, veiculadas na mídia e redes sociais, que levam a um entendimento

equivocado sobre determinado fato, sem a possibilidade de discussão sobre ele. Não há dúvidas de como isso corrompe a democracia. No livro *O bom governo*, Rosanvallon faz referência a importância da linguagem, pois governar é falar, de modo que “não há vida democrática possível sem que existam elementos de linguagem comuns e a ideia de que possam se opor argumentos fundados numa descrição compartilhada dos fatos” (ROSANVALLON, 2021, p. 324). Portanto, os regimes populistas prosperam numa tendência em dissolver a distinção entre fatos e opiniões.

3. Populismo como uma forma democrática: a democracia-limite

Conforme mencionado no início deste trabalho, o populismo existe dentro da democracia e, portanto, ele pode ser compreendido como uma forma democrática. Nesse contexto, Rosanvallon propõe a tipologia de “democracia-limite”, que seria a ideia de esvaziamento da democracia pelas próprias regras do jogo democrático, criando o risco de uma reviravolta das democracias contra si mesmas. As democracias-limites se dividem em três famílias: (1) as democracias minimalistas, (2) as democracias essencialistas e (3) as democracias polarizadas (ROSANVALLON, 2021, p. 227). Para cada uma dessas, há uma forma deturpada de democracia e, portanto, uma democracia-limite.

A primeira forma, a democracia minimalista, teve como principais teóricos Karl Popper e Joseph Schumpeter. Popper, sublinhando que a democracia tem inicialmente por objetivo impedir a ditadura, apreendia o papel das eleições como um ‘tribunal popular’ e não como o exercício direto de uma vontade. Schumpeter vai no mesmo sentido, ao denunciar como perigosa a ideia de ‘vontade popular’ (ROSANVALLON, 2021, p. 229). Assim, eles conceberão a democracia como um sistema concorrencial no qual empresários políticos operam com votos para obter o poder de decisão. Aqui o cidadão é reduzido tão somente como eleitor. Por isso, a degeneração da democracia minimalista é a sua transformação em uma “oligarquia democrática”.

A democracia essencialista é definida como aquela que se funda na denúncia das mentiras do formalismo democrático e identificam o ideal democrático à realização de uma ordem social comunitária em que a distinção entre sociedade política e sociedade civil é apagada. Noutras palavras, “críticas das visões individualistas-procedurais que colocam o acento na figura do cidadão-eleitor, ela [democracia essencialista] identifica o ideal democrático à realização de uma ordem social comunitária” (ROSANVALLON, 2021, p. 230).

Logo, nessa visão, a democracia é uma forma de sociedade e não um regime político. Ela se funda na ideia de que uma boa organização da sociedade, num mundo livre do reino da mercadoria e da exploração capitalista, poderia eliminar os conflitos e as divisões. Desse modo, “em tal sociedade, o povo formaria um conjunto unido e homogêneo no qual as diferenças seriam puramente funcionais” (ROSANVALLON, 2021, p. 231). A visão essencialista, ao buscar liminar a divisão social, deturpa-se no Totalitarismo. Baseado em Claude Leford, Rosanvallon destaca que o totalitarismo faz a democracia se voltar contra si mesma interditando a expressão da divisão social em nome da necessidade da sua superação. Assim, impõe-se, através da ficção de um povo-Uno, a figura de um representante universal, que fala e governa em nome de todos.

A terceira forma de democracia-limite é baseada na visão polarizada da democracia. Aqui, enfim, reside o populismo como forma deturpada, pois a visão polarizada é aquela que simplifica a complexidade da democracia, por meio de mecanismos aparentemente democráticos. Portanto, é nessa modalidade que o governante recorre ao uso dos referendos como meio de alcançar a “vontade popular” e se isentar de qualquer tipo de responsabilidade dos resultados. É aqui que se encontra a separação do “‘nós e eles”, “amigo e inimigo”, criando dois lados opostos, sem qualquer possibilidade de diálogo e mediação. E é aqui que se encontra a questão central das mudanças constitucionais e das regras eleitorais que podem levar a uma irreversibilidade democrática. Logo, é possível perceber que ao longo do texto, Rosanvallon defende que o populismo é uma forma de democracia-limite baseada, sobretudo, na sua visão polarizada e simplista, que reduz processos complexos a procedimentos simples e superficiais, conservando formalmente uma roupagem de democracia quando, na essência, é um tipo de regime fundamentalmente iliberal.

4. Conclusão

Rosanvallon encerra o livro *O Século do Populismo* com o esboço de uma alternativa que vai na contramão das democracias-limites, ou seja, vai de encontro a ideia de democracias simplistas e reduzidas. Nas palavras dele: “o eixo diretor seria seguir no contrapé dos três tipos de democracia-limites, que têm em comum simplificar/radicalizar o projeto democrático sem levar em conta o fato que seu inacabamento está ligado às contradições internas que lhe são subjacentes” (ROSANVALLON, 2021, p. 328).

O objetivo central deve ser ampliar a democracia, não a reduzir, começando com a ideia de povo. Povo não pode ser compreendido como povo-Uno homogeneizado, capaz de ser

governado por alguém que consiga falar em nome de todos. O conceito de povo é complexo. A sociedade não é mais dividida em classes simplesmente identificáveis, mas em uma diversidade complexa. É preciso, então, desmultiplicar o conceito de povo, em busca de uma sociedade em que o povo seja eleitor, social, participativo e ativo na ação democrática, de forma contínua e regular.

Superada a noção de povo como povo-Uno, a proposta inicial é criar uma “democracia interativa”, em que estariam à disposição do povo mecanismos permanentes de consulta, de informação e de prestação de contas. O povo não teria restrito somente ao papel eleitoral, mas sobretudo de fiscalização contínua. Por isso, outra proposta para ampliar a democracia é passar da “democracia de autorização” para uma “democracia como exercício”. Assim, desdobrar os procedimentos e as instituições democráticas implica em não permanecer numa democracia de autorização, ou seja, na concessão eleitoral. São as condições de exercício do poder que devem obedecer a critérios democráticos.

Segundo Rosanvallon (2021, p. 334), a fraqueza da democracia significa não serem escutados e verem decisões serem tomadas sem consulta; significa constatar que a corrupção reina e ver uma classe política vivendo isolada e não prestando contas suficientemente. Por isso, aproximar o povo da democracia por meio de instrumentos próprios e democráticos permitiria aos cidadãos exercerem mais diretamente funções que foram durante anos apoderadas unicamente pelos poderes do Estado, em especial legislativo e executivo.

Referências

CUNHA, Diogo; LYNCH, Christian. Introdução à obra de Pierre Rosanvallon. In: ROSANVALLON, Pierre. *O século do populismo: história, teoria e crítica*. Rio de Janeiro: Ateliê de Humanidades Editorial, 2021

ROSANVALLON, Pierre. *O século do populismo: história, teoria e crítica*. Rio de Janeiro: Ateliê de Humanidades Editorial, 2021.